

ses. Sanches discute, de forma muito franca, como o recurso à matemática não confere objetividade a esta ou aquela investigação. Sua crítica à tendência de pensar que a soma das partes não constitui o todo é uma antiga discussão no interior da sociologia quantitativa, voltada para aqueles que leram mal o grande esforço empreendido por Durkheim no estudo sobre o suicídio, ou leram pior ainda o pioneiro trabalho de Snow sobre a epidemia do cólera na Inglaterra. Da mesma forma, uma das modernas vertentes da matemática — a criação de modelos — conduz à deformação e à idealização da realidade, que é justamente a crítica que aplicou-se a Weber e sua criação de “tipos ideais”, ou a Jung, com seus “arquétipos”.

O texto deixa claro que a submissão e a justaposição de uma linguagem sobre a outra são profundamente infrutíferas. No campo das “ciências sociais aplicadas à saúde, como se convencionou chamar, a partir da década de 50 ou pouco antes, este “múltiplo olhar” sobre o fenômeno da saúde/doença, há vários exemplos destas tentativas. Eu recomendaria a releitura dos trabalhos mencionados por Apple (1960), onde podemos examinar os primeiros trabalhos neste sentido. Mais recentemente, já munidos de uma informação epistemológica e metodológica mais atualizada, é importante a leitura dos trabalhos de Bronfman (1984) e Barros (1986) — só para citar poucos e próximos —, que enveredaram pelo penoso caminho da operacionalização dos conceitos de classes sociais em saúde, chegando a atingir resultados bastante abrangentes, sem cair em generalizações banais.

O debate entre método qualitativo e quantitativo, pelo menos no campo da saúde, pode contribuir enormemente para a discussão contemporânea sobre os “vários pontos de vista” sobre um objeto, visando, em última instância, um “bem” que ultrapassa os limites do avanço científico para gozo de poucos intelectuais. É possível haver um sentido ético nesta associação e neste debate franco, cujo fim último deveria ser a busca de melhorias de vida dos seres humanos — não alongando a vida de poucos de forma artificial, mas permitindo a todos a “fala”, o acesso aos serviços e a diminuição de males que já estão devidamente passíveis de controle e, até, de extinção ou erradicação.

Rorty (1991) nos vem à memória quando afirma que “*anybody who thinks that there are well-grounded theoretical answers to this sort of question — algorithms for resolving moral dilemmas — is still, in his heart, a theologian or a metaphysician*”. O grau de sofrimento humano é grande, e cada vez menos solidariedade parece estabelecer-se. A parceria entre os conhecimentos, a complementariedade dos “olhares”, a legitimação das “falas” e o respeito pelas várias linguagens possíveis — como implícito no texto de Sanches & Minayo — podem se constituir num desses possíveis espaços de imaginação, curiosidade e método que iluminem o “caminho do pensamento” referido por Habermas e citado pelos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, D., 1960. *Sociological Studies of Health & Sickness*. New York: McGraw-Hill Book Co.
- BARROS, M. B. A., 1986. A utilização do conceito de classe social nos estudos dos perfis epidemiológicos: uma proposta. *Revista de Saúde Pública*, 20: 269-273.
- BRONFMAN, M. & TUIRÁN, R., 1984. La desigualdad ante la muerte: Clases sociales y mortalidad en la niñez. *Cuadernos Médico Sociales*, 29-30: 53-75.
- RORTY, R., 1991. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ricardo Ventura Santos

Departamento de Antropologia, Museu Nacional
Departamento de Endemias Samuel Pessoa
Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Minayo & Sanches empreenderam uma tarefa árdua de maneira original e informativa. Não é incomum que os defensores deste ou daquele método entrincheirem-se em seus respectivos domínios de conhecimento e lancem suas cargas de munição no que é percebido como o lado oposto do campo de batalha. São aqueles mais apegados às maneiras de obtenção dos dados, aos métodos, do que à geração de teorias. Os autores, contudo, longe de adotarem posições ortodoxas, procuraram enfocar as potencialidades e limitações de cada uma das abordagens, em conformidade com o fim pedagógico do ensaio.

Em primeiro lugar, gostaria de levantar uma

questão de ordem epistemológica relacionada ao título. Dois métodos de trabalho — no caso o quantitativo e o qualitativo — têm ou não a capacidade intrínseca de oposição ou complementariedade? A meu ver, os métodos em si não são imbuídos destas características, nem de oposição, em particular, que, em verdade, encontram-se nas mãos dos praticantes, daqueles que deles fazem uso, almejando, nas palavras dos autores, “uma correta construção dos dados [visando] refletir sobre a dinâmica da teoria”. Ou seja, a fonte de oposição e/ou complementariedade reside menos nos métodos do que nos seus usuários.

Da observação acima deduzo que a discussão em torno do quantitativo e do qualitativo envolve nuances de poder, de quem “determina” e como se percebe o valor científico de procedimentos utilizados na coleta de dados. O que ocorre é que a formação acadêmica de nossos pesquisadores tende a privilegiar um enfoque ou outro, raramente uma maneira de pensar quali-quantitativa integrada. A dicotomia oposição/complementariedade surge da própria dificuldade dos pesquisadores, em um universo metodológico cada vez mais complexo, de fazerem igualmente bom uso das diversas formas de se aproximar da realidade empírica. Como parecem indicar Minayo & Sanches, o questionamento sobre as possíveis fontes de oposição ou complementariedade das abordagens é uma questão “menor” dentro de uma discussão mais ampla. Sim, há potencialidades e limitações em cada uma das abordagens, mas o importante é enxergar, como frisado no texto, que as investigações quantitativas e qualitativas prestam-se a diferentes fins.

Se, no texto como um todo, ambos os autores procuram delimitar os domínios de atuação do quantitativo e do qualitativo, os pontos de vista expressos em certos trechos do ensaio indicam que, potencialmente, os limites não são precisos. A certa altura do texto é afirmado que

“quanto mais complexo for o fenômeno sob investigação, maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada”, o que pode resultar de dificuldades de mensuração e quantificação e da falta de procedimentos matemáticos adequados para se descrever o fenômeno sob investigação. *A priori*, esta afirmação sugere que os fenômenos, sejam eles de menor ou maior complexidade, são potencialmente quantificáveis, ainda que possam faltar, no presente, os elementos para tal. É como se o poço fosse infinitamente fundo, mas, em contrapartida, dispuséssemos de corda suficiente para ir infinitamente abaixo.

Em uma seção subsequente, Minayo & Sanches utilizam o recorte de Gurvitch, esquematizado pelo “ecológico, morfológico, concreto” e pelas “camadas mais profundas”, para exemplificarem o domínio de ação do quantitativo e do qualitativo. Lança-se no ar a seguinte questão: caso efetivamente deva-se procurar atingir uma quantificação adequada, qualquer que seja a complexidade do fenômeno, como afirmam os autores, é de se esperar que o quantitativo atenha-se aos “níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos”, ou a tendência seria de um contínuo movimento do quantitativo em direção às “camadas mais profundas”, aquelas de maior complexidade?

Vejo o debate acerca do quantitativo/qualitativo como uma variante da discussão acerca das vantagens e limitações de abordagens interdisciplinares. Por interdisciplinaridade entende-se o emprego não só de teoria, mas também dos métodos de investigação, de diferentes segmentos de pesquisa, almejando a construção do conhecimento. Poucos pesquisadores defenderiam, nos nossos dias, que a melhor maneira de se fazer ciência é mantendo-se e incentivando-se compartimentalizações teóricas e/ou metodológicas. É este um dos importantes pontos frisados por Minayo & Sanches no seu ensaio.